



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Nº 014/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL-PR.

OBJETO

Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remume, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.278.429,31 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos e vinte nove reais e trinta e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 18/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Local de acesso: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFERÊNCIA ÂMBITO REGIONAL

CONFORME DECRETO 167/2025, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
1.	SETOR REQUISITANTE.....	19
2.	DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:	19
3.	JUSTIFICATIVA:	26



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

(Processo Administrativo nº 017/2026)

www.licitanet.com.br “Acesso Identificado”

SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL -PR, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por seu prefeito, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal 002.2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remune, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Sendo assim, não há o envio dos documentos de habilitação simultaneamente com a proposta. Os documentos de habilitação serão solicitados apenas do licitante vencedor pelo Pregoeiro (a) em momento adequado conforme itens: 7.1.1; 7.9; 7.11.1 e 7.12 e art. 39 da Lei 14.133/2021.

1.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema ou aqueles que o Pregoeiro (a) solicitar, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira – convocar anexo.

1.5. Na presente licitação será dado tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional em consonância com o caput do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. As empresas não cadastradas no **SISTEMA**, que tiverem interesse em participar do presente **PREGÃO**, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.licitanet.com.br.

2.1.1. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal **LICITANET**, no ato da abertura do Pregão.

2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.10.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca (quando for o caso);



4.1.3. Descrição do objeto ou serviço, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do [item].
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o estabelecido em cada item no sistema.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de cadastramento do licitante no Licitanet;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver **indícios de inexecuibilidade** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **[10%]** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo (a) Pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.11. A verificação no Sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cruzeirosul.pr.gov.br – Menu Licitação ou Menu Transparência > Prefeitura > Licitações > Licitações na íntegra.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@cruzeirosul.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://www.cruzeirodosul.pr.gov.br/novo/painel_portal_transparencia.htm – Menu Licitação.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- | | | |
|-----------|------------|--|
| 11.11.1. | ANEXO I | Termo de Referência |
| 11.11.2. | ANEXO II | Minuta de Ata de Registro de Preços |
| 11.11.3. | ANEXO III | Modelo Proposta Preço |
| 11.11.4. | ANEXO IV | Documentos de habilitação |
| 11.11.5. | ANEXO V | Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo |
| 11.11.6. | ANEXO VI | Folha de Dados Para Elaboração de Contrato |
| 11.11.7. | ANEXO VII | Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |
| 11.11.8. | ANEXO VIII | Declaração de Idoneidade |
| 11.11.9. | ANEXO IX | Declaração Unificada |
| 11.11.10. | ANEXO X | Declaração Integralidade de Custos |

Cruzeiro do Sul - PR, 24 de abril de 2026.

Marcos Cesar Sugigan
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE.

1.1. Departamento Municipal de Saúde.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remume, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná, conforme especificado na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1.	Acebrofilina, 0,5% (5 Mg/ML), Xarope	Frasco 120 ml	1.500	R\$ 9,9671	R\$ 14.950,65
2.	Acebrofilina, 1% (10 Mg/ML), Xarope	Frasco 120 ml	1.500	R\$ 12,7150	R\$ 19.072,50
3.	Acetilcisteína, 2% (20 Mg/ML), Xarope	Frasco 100 ml	1.500	R\$ 21,2140	R\$ 31.821,00
4.	Ácido Ascórbico, 10% (100 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 5 ml	5.000	R\$ 1,1451	R\$ 5.725,50
5.	Ácido Tranexâmico, 5% (50 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 5 ml	1.200	R\$ 7,7800	R\$ 9.336,00
6.	Ácidos Graxos Essenciais, Assoc. À Vitaminas A E E, Loção Oleosa	Frasco 100ml	1.000	R\$ 5,2200	R\$ 5.220,00
7.	Adenosina, 0,3% (3 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 2 ml	100	R\$ 9,1238	R\$ 912,38
8.	Água Destilada, Estéril E Apirogênica, Solução Injetável	Ampola 10 ml	12.000	R\$ 0,3740	R\$ 4.488,00
9.	Alogliptina, Benzoato, 25 Mg	Comprimido	500	R\$ 5,2273	R\$ 2.613,65
10.	Alprazolam, 1 Mg	Comprimido	2.400	R\$ 0,1877	R\$ 450,48
11.	Alprazolam, 2 Mg	Comprimido	2.400	R\$ 0,2800	R\$ 672,00
12.	Ambroxol, Cloridrato, 0,3% (3 Mg/ML), Xarope	Frasco 120 ml	1.200	R\$ 4,4856	R\$ 5.382,72
13.	Ambroxol, Cloridrato, 0,6% (6 Mg/ML), Xarope	Frasco 120 ml	1.200	R\$ 5,2914	R\$ 6.349,68
14.	Amicacina, Sulfato, 25% (250 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 2 ml	1.200	R\$ 6,0000	R\$ 7.200,00
15.	Aminofilina, 2,4% (24 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 10 ml	1.500	R\$ 3,4624	R\$ 5.193,60
16.	Amiodarona, Cloridrato, 5% (50 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 3 ml	500	R\$ 4,3241	R\$ 2.162,05
17.	Aripiprazol, 0,1% (1 Mg/ML), Solução Oral	Frasco 150 ml	80	R\$ 190,0333	R\$ 15.202,66
18.	Aripiprazol, 10 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 1,0974	R\$ 2.194,80
19.	Aripiprazol, 2% (20 Mg/ML), Suspensão Oral	Frasco 30 ml	150	R\$ 604,3008	R\$ 90.645,12
20.	Atropina, Sulfato, 0,025% (0,25 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 1 ml	240	R\$ 0,8947	R\$ 214,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

21.	Atropina, Sulfato, 0,05% (0,5 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 1 ml	240	R\$ 0,9400	R\$ 225,60
22.	Beclometasona, Dipropionato, 0,04% (0,4 Mg/Ml) [400 Mcg/Ml], Suspensão Nebulização	Flaconete 2 ml	300	R\$ 6,7845	R\$ 2.035,35
23.	Benzilpenicilina Benzatina, 1.200.000 Ui, Solução Injetável	Frasco-Ampola	600	R\$ 9,2872	R\$ 5.572,32
24.	Benzilpenicilina Benzatina, 600.000 Ui, Solução Injetável	Frasco-Ampola	200	R\$ 6,6800	R\$ 1.336,00
25.	Bicarbonato De Sódio, 8,4% (84 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 10ml	500	R\$ 1,3558	R\$ 677,90
26.	Bimatoprost, 0,01% (0,1 Mg/Ml), Solução Oftálmica	Frasco 3 ml	20	R\$ 110,1300	R\$ 2.202,60
27.	Bimatoprost, 0,03% (0,3 Mg/Ml), Solução Oftálmica	Frasco 3 ml	15	R\$ 48,1325	R\$ 721,99
28.	Brimonidina, Tartarato, 0,2% (2mg/Ml), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	30	R\$ 7,5000	R\$ 225,00
29.	Bromoprida, 0,4% (4 Mg/Ml), Solução Oral	Frasco 20 ml	500	R\$ 4,9911	R\$ 2.495,55
30.	Bromoprida, 0,5% (5 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 2 ml	1.500	R\$ 2,0016	R\$ 3.002,40
31.	Bromoprida, 10 Mg	Comprimido	6.000	R\$ 0,3727	R\$ 2.236,20
32.	Bupivacaína, Cloridrato, Assoc. À Glicose, 0,5% (5 Mg/Ml) + 8% (80 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 4 ml	20	R\$ 7,8118	R\$ 156,24
33.	Bupropiona, Cloridrato, 150 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 0,7807	R\$ 3.903,50
34.	Bupropiona, Cloridrato, 300 Mg	Comprimido	500	R\$ 1,5028	R\$ 751,40
35.	Cálcio, Gliconato, 10% (100 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 10 ml	500	R\$ 1,8000	R\$ 900,00
36.	Cefalotina Sódica, 1 G, Solução Injetável	Frasco-Ampola	3.000	R\$ 7,6691	R\$ 23.007,30
37.	Ceftriaxona Sódica, 1 G, Pó Para Solução Injetável	Frasco-Ampola	8.000	R\$ 7,6200	R\$ 60.960,00
38.	Cetoconazol, Assoc. À Betametasona, Dipropionato + Neomicina, Sulfato, 2% (20 Mg/G) + 0,05% (0,5 Mg) + 1,5% (1,5 Mg/G), Creme Dermatológico	Bisnaga 30 g	500	R\$ 7,5200	R\$ 3.760,00
39.	Cetoconazol, 2% (20 Mg/G), Creme Dermatológico	Bisnaga 30 g	500	R\$ 6,3011	R\$ 3.150,55
40.	Cetoconazol, 200 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,4500	R\$ 450,00
41.	Cetoprofeno, 100 Mg, Pó Liofilizado Para Solução Injetável	Frasco-Ampola	6.000	R\$ 6,0931	R\$ 36.558,60
42.	Cetoprofeno, 5% (50 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 2 ml	3.000	R\$ 3,1158	R\$ 9.347,40
43.	Ciclobenzaprina, Cloridrato, 5 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,2366	R\$ 118,30
44.	Cinarizina, 25 Mg	Comprimido	20.000	R\$ 0,5097	R\$ 10.194,00
45.	Cinarizina, 75 Mg	Comprimido	20.000	R\$ 0,6563	R\$ 13.126,00
46.	Ciprofloxacino, 0,2% (2 Mg/Ml), Solução Injetável	Frasco 100 ml	1.000	R\$ 37,9900	R\$ 37.990,00
47.	Clindamicina, 15% (150 Mg/Ml), Solução Injetável	Ampola 4 ml	500	R\$ 5,0401	R\$ 2.520,05
48.	Clindamicina, 300 Mg	Comprimido	1.200	R\$ 1,6688	R\$ 2.002,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

49.	Clonidina, Cloridrato, 0,1 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,3438	R\$ 171,90
50.	Clonidina, Cloridrato, 0,15 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,4300	R\$ 215,00
51.	Clopidogrel, Bissulfato, 75 Mg	Comprimido	8.000	R\$ 0,5400	R\$ 4.320,00
52.	Cloreto De Potássio, 19,1% (191 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	600	R\$ 0,8286	R\$ 497,16
53.	Cloreto De Sódio, 0,9% (9 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 1.000 ml	2.500	R\$ 11,1917	R\$ 27.979,25
54.	Cloreto De Sódio, 0,9% (9 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 100 ml	8.000	R\$ 5,2917	R\$ 42.333,60
55.	Cloreto De Sódio, 0,9% (9 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 250 ml	6.000	R\$ 6,0000	R\$ 36.000,00
56.	Cloreto De Sódio, 0,9% (9 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 500 ml	4.000	R\$ 6,7800	R\$ 27.120,00
57.	Cloreto De Sódio, 20% (200 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	600	R\$ 0,6437	R\$ 386,22
58.	Clorpromazina, Cloridrato, 0,5% (5 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	600	R\$ 3,4464	R\$ 2.067,84
59.	Clorpromazina, Cloridrato, 100 Mg	Comprimido	600	R\$ 0,5025	R\$ 301,50
60.	Clorpromazina, Cloridrato, 25 Mg	Comprimido	600	R\$ 0,2900	R\$ 174,00
61.	Colagenase, 0,06% (0,6 Ui/G) + Cloranfenicol, 1% (10 Mg/G), Pomada	Bisnaga 30 g	300	R\$ 36,3917	R\$ 10.917,51
62.	Colagenase, 0,6 Ui/G, Pomada	Bisnaga 30 g	150	R\$ 24,7240	R\$ 3.708,60
63.	Colagenase, 1,2 Ui/G, Pomada	Bisnaga 30 g	150	R\$ 82,6700	R\$ 12.400,50
64.	Dapagliflozina, 10 Mg	Comprimido	2.500	R\$ 4,0650	R\$ 10.162,50
65.	Deslanósido, 0,02% (0,2 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2 ml	400	R\$ 3,0420	R\$ 1.216,80
66.	Desvenlafaxina, Sal Succinato, 100 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 1,7939	R\$ 8.969,50
67.	Desvenlafaxina, Sal Succinato, 50 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 3,1896	R\$ 15.948,00
68.	Dexametasona, Fosfato Dissódico, Assoc. Á Neomicina, 0,1% (1 Mg/MI) + 0,35% (3,5 Mg/MI), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	60	R\$ 10,2700	R\$ 616,20
69.	Dexametasona, Fosfato Dissódico, 0,4% (4 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2,5 ml	10.000	R\$ 1,6871	R\$ 16.871,00
70.	Dexclorfeniramina, Maleato, Assoc. Á Betametasona, Valerato, 0,04% (0,4 Mg/MI) + 0,005% (0,05 Mg/MI), Xarope	Frasco 120 ml	2.000	R\$ 6,2900	R\$ 12.580,00
71.	Diazepam, 1% (10 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	360	R\$ 1,9800	R\$ 712,80
72.	Diazepam, 10 Mg	Comprimido	4.000	R\$ 0,0950	R\$ 380,00
73.	Diclofenaco Sódico, 1% (10 Mg/G), Gel	Bisnaga 60 g	600	R\$ 7,3678	R\$ 4.420,68
74.	Diclofenaco Sódico, 2,5% (25 Mg/MI) [75 Mg/3ml], Solução Injetável	Ampola 3 ml	3.600	R\$ 1,4434	R\$ 5.196,24
75.	Dimenidrinato, Assoc. Á Piridoxina, 2,5% (25 Mg) + 0,5% (5 Mg/MI), Suspensão Oral	Frasco 20 ml	1.500	R\$ 9,6283	R\$ 14.442,45
76.	Dimenidrinato, Assoc. Á Piridoxina, 5% (50 Mg/MI) + 5% (50 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	1.200	R\$ 2,9934	R\$ 3.592,08
77.	Dimenidrinato, Assoc. Á Piridoxina, 50 Mg + 10 Mg	Comprimido	3.500	R\$ 0,8666	R\$ 3.033,10
78.	Dimenidrinato, Assoc. Á Piridoxina +	Ampola 10 ml	3.000	R\$ 11,5133	R\$ 34.539,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

	Glicose + Frutose, 3mg + 5mg + 100mg + 10% (100mg/MI), Solução Injetável				
79.	Dimeticona, 40 Mg	Comprimido	4.000	R\$ 0,2573	R\$ 1.029,20
80.	Dipirona Sódica, 50% (500 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2 ml	15.000	R\$ 1,3918	R\$ 20.877,00
81.	Dipirona Sódica, 50% (500 Mg/MI), Solução Oral (Gotas)	Frasco 10 ml	500	R\$ 2,4857	R\$ 1.242,85
82.	Dipirona Sódica, 500 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 0,2024	R\$ 1.012,00
83.	Dopamina, Cloridrato, 0,5% (5 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	200	R\$ 4,6352	R\$ 927,04
84.	Dorzolamida, Cloridrato, 2% (20 Mg/MI), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	30	R\$ 56,7133	R\$ 1.701,40
85.	Dorzolamida, Cloridrato, 2% (20mg/MI) + Maleato De Timolol, 0,5% (5mg/MI), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	30	R\$ 55,6900	R\$ 1.670,70
86.	Dropropizina, 0,3% (3 Mg/MI), Xarope	Frasco 120 ml	1.500	R\$ 10,3367	R\$ 15.505,05
87.	Edoxabana, Tosilato, 60 Mg	Comprimido	500	R\$ 4,0923	R\$ 2.046,15
88.	Enoxaparina, 10% (100 Mg/MI), Solução Injetável (Seringa Preenchida)	Seringa 0,40 ml	400	R\$ 29,5177	R\$ 11.807,08
89.	Epinefrina (Adrenalina), 0,1% (1 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	600	R\$ 1,4786	R\$ 887,16
90.	Escitalopram, Oxalato, 10 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,3338	R\$ 166,90
91.	Escopolamina, Butilbrometo, Assoc. Á Dipirona, 0,4% (4 Mg/MI) + 50% (500 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	4.800	R\$ 2,4886	R\$ 11.945,28
92.	Escopolamina, Butilbrometo, Assoc. Á Dipirona, 0,66% (6,67 Mg/MI) + 33,3% (333,4 Mg/MI), Solução Oral	Frasco 20 ml	600	R\$ 11,5017	R\$ 6.901,02
93.	Escopolamina, Butilbrometo, Assoc. Á Dipirona, 10 Mg + 250 Mg	Comprimido	12.000	R\$ 0,7200	R\$ 8.640,00
94.	Escopolamina, Butilbrometo, 2% (20 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	2.400	R\$ 1,4556	R\$ 3.493,44
95.	Eszopiclona, 3 Mg	Comprimido	800	R\$ 3,9100	R\$ 3.128,00
96.	Etilefrina, Cloridrato, 1% (10 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	500	R\$ 2,2043	R\$ 1.102,15
97.	Etomidato, 0,2% (2 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	300	R\$ 18,7788	R\$ 5.633,64
98.	Ezetimiba, 10 Mg	Comprimido	1.200	R\$ 1,3171	R\$ 1.580,52
99.	Fenilefrina, Cloridrato, 10% (100 Mg/MI), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	50	R\$ 11,7550	R\$ 587,75
100.	Fenitoína Sódica, 100 Mg	Comprimido	600	R\$ 0,3137	R\$ 188,22
101.	Fenitoína Sódica, 5% (50 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	600	R\$ 3,5878	R\$ 2.152,68
102.	Fenobarbital Sódico, 10% (100 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2 ml	600	R\$ 2,5100	R\$ 1.506,00
103.	Fenobarbital Sódico, 100 Mg	Comprimido	200	R\$ 0,3228	R\$ 64,56
104.	Fenobarbital Sódico, 4% (40 Mg/MI), Solução Oral (Gotas)	Frasco 20 ml	50	R\$ 6,2083	R\$ 310,42
105.	Fentanila, Citrato, 0,005% (0,05 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	50	R\$ 4,8080	R\$ 240,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

106.	Finerenona, 10 Mg	Comprimido	500	R\$ 6,2326	R\$ 3.116,30
107.	Fitomenadiona (Vitamina K), 1% (10 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	500	R\$ 3,7812	R\$ 1.890,60
108.	Flumazenil, 0,01% (0,1 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	50	R\$ 23,2209	R\$ 1.161,05
109.	Furosemida, 1% (10 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2 ml	1.000	R\$ 1,4627	R\$ 1.462,70
110.	Gentamicina, 8% (80 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 2 ml	600	R\$ 1,3300	R\$ 798,00
111.	Glicose, 25% (250 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	2.000	R\$ 0,9000	R\$ 1.800,00
112.	Glicose, 5% (50 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 250 ml	2.000	R\$ 6,2500	R\$ 12.500,00
113.	Glicose, 5% (50 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 500 ml	2.000	R\$ 7,4400	R\$ 14.880,00
114.	Glicose, 5% (50 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 1.000 ml	200	R\$ 11,2850	R\$ 2.257,00
115.	Glicose, 50% (500 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	2.000	R\$ 0,8189	R\$ 1.637,80
116.	Haloperidol, 0,5% (5 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	200	R\$ 4,1600	R\$ 832,00
117.	Heparina Sódica, 5.000 Ui/MI, Solução Injetável	Frasco 5 ml	250	R\$ 27,8264	R\$ 6.956,60
118.	Heparina Sódica, 5.000 Ui/MI, Solução Injetável	Ampola 0,25 ml	500	R\$ 10,3064	R\$ 5.153,20
119.	Hidralazina, Cloridrato, 2% (20 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	200	R\$ 5,9900	R\$ 1.198,00
120.	Hidrocortisona, Succinato Sódico, 100 Mg, Pó Liofilizado Injetável	Frasco-ampola	600	R\$ 5,0000	R\$ 3.000,00
121.	Hidrocortisona, Succinato Sódico, 500 Mg, Pó Liofilizado Injetável	Frasco-ampola	3.000	R\$ 7,8681	R\$ 23.604,30
122.	Hidróxido Férrico, Sacarato, 2% (20 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 5 ml	2.500	R\$ 12,4917	R\$ 31.229,25
123.	Levomepromazina, 4% (40 Mg/MI), Solução Oral (Gotas)	Frasco 20 ml	50	R\$ 19,9300	R\$ 996,50
124.	Levomepromazina, Maleato, 100 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 1,1720	R\$ 1.172,00
125.	Levomepromazina, Maleato, 25 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,5567	R\$ 556,70
126.	Lidocaína, Cloridrato, 2% (20 Mg/MI), Sem Vasoconstritor	Ampola 20 ml	1.800	R\$ 8,7500	R\$ 15.750,00
127.	Lisdexanfetamina, Dimesilato, 70 Mg	Comprimido	500	R\$ 9,7918	R\$ 4.895,90
128.	Magnésio, Sulfato, 10% (100 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	200	R\$ 1,8479	R\$ 369,58
129.	Magnésio, Sulfato, 50% (500 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 10 ml	300	R\$ 9,0311	R\$ 2.709,33
130.	Manitol, 20% (200 Mg/MI), Solução Injetável (Sistema Fechado)	Frasco 250 ml	1.000	R\$ 13,1500	R\$ 13.150,00
131.	Meloxicam, 15 Mg	Comprimido	15.000	R\$ 0,4530	R\$ 6.795,00
132.	Metformina, Cloridrato, 850 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,3237	R\$ 161,85
133.	Metilergometrina, Maleato, 0,02% (0,2 Mg/MI), Solução Injetável	Ampola 1 ml	100	R\$ 2,3192	R\$ 231,92



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

134.	Metilfenidato, Cloridrato, 10 Mg	Comprimido	7.500	R\$ 0,5938	R\$ 4.453,50
135.	Metilfenidato, Cloridrato, 54 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 7,0353	R\$ 7.035,30
136.	Metoclopramida, Cloridrato, 0,5% (5 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 2 ml	500	R\$ 1,0325	R\$ 516,25
137.	Metronidazol, 0,5% (5 Mg/ML), Solução Injetável	Frasco 100 ml	500	R\$ 8,0444	R\$ 4.022,20
138.	Midazolam, 0,5% (5 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 3 ml	50	R\$ 3,5170	R\$ 175,85
139.	Mirtazapina, 30 Mg	Comprimido	300	R\$ 1,0097	R\$ 302,91
140.	Morfina, Sulfato, 0,01% (0,1 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 1 ml	300	R\$ 3,7888	R\$ 1.136,64
141.	Morfina, Sulfato, 1% (10 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 1 ml	300	R\$ 3,4196	R\$ 1.025,88
142.	Neomicina, Sulfato, Assoc. À Bacitracina, 5 Mg + 250ui/G, Pomada	Bisnaga 15 g	5.000	R\$ 4,7864	R\$ 23.932,00
143.	Nimesulida, 100 Mg	Comprimido	20.000	R\$ 0,1600	R\$ 3.200,00
144.	Nistatina, 25.000 Ui/G, Creme Vaginal	Bisnaga 60 g	1.500	R\$ 12,0000	R\$ 18.000,00
145.	Nistatina, Assoc. À Óxido De Zinco, 100.000 Ui + 200 Mg/G, Creme	Bisnaga 60 g	1.000	R\$ 13,7286	R\$ 13.728,60
146.	Ocitocina, 5 Ui/ML, Solução Injetável	Ampola 1 ml	100	R\$ 4,6498	R\$ 464,98
147.	Olmesartana Medoxomila, 20 Mg	Comprimido	500	R\$ 0,6458	R\$ 322,90
148.	Olmesartana, Medoxomila, Assoc. À Hidroclorotiazida, 20 Mg + 12,5 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 1,1997	R\$ 1.799,55
149.	Olmesartana, Medoxomila, Assoc. À Hidroclorotiazida, 40 Mg + 12,5 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 1,4070	R\$ 2.110,50
150.	Omeprazol, 20 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 0,1400	R\$ 280,00
151.	Omeprazol, 40 Mg, Pó Para Solução Injetável	Frasco-ampola	500	R\$ 14,5526	R\$ 7.276,30
152.	Ondansetrona, Cloridrato, 0,2% (2 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 4 ml	3.600	R\$ 2,4318	R\$ 8.754,48
153.	Oxibutinina, Cloridrato, 5 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,8100	R\$ 810,00
154.	Paracetamol, Assoc. À Diclofenato De Sódio + Carisoprodol + Cafeína, 300mg + 50 Mg + 125 Mg + 30mg	Comprimido	5.000	R\$ 0,5680	R\$ 2.840,00
155.	Paracetamol, Assoc. À Tramadol, 325 Mg + 37,5 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 1,3277	R\$ 2.655,40
156.	Paracetamol, 500 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 0,1100	R\$ 220,00
157.	Paroxetina, Cloridrato, 20 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 0,3400	R\$ 680,00
158.	Periciazina, 1% (10 Mg/ML), Solução Oral	Frasco 20 ml	50	R\$ 11,9742	R\$ 598,71
159.	Perindopril, Assoc. À Indapamida + Anlodipino, 10 Mg + 2,5 Mg + 5 Mg	Comprimido	500	R\$ 3,5741	R\$ 1.787,05
160.	Pregabalina, 150 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 1,0705	R\$ 5.352,50
161.	Pregabalina, 75 Mg	Comprimido	5.000	R\$ 0,5973	R\$ 2.986,50
162.	Progesterona, 100 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 1,3195	R\$ 1.319,50
163.	Progesterona, 200 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 3,5108	R\$ 3.510,80
164.	Prometazina, Cloridrato, 2,5% (25 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 2 ml	500	R\$ 4,0162	R\$ 2.008,10
165.	Propofol, 1% (10 Mg/ML), Emulsão Injetável	Ampola 20 ml	30	R\$ 16,0771	R\$ 482,31
166.	Retinol, Assoc. À Aminoácido +	Bisnaga 3,5 g	30	R\$ 18,3100	R\$ 549,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

	Cloranfenicol, 10.000ui + 25mg + 5mg +5 Mg/G, Pomada Oftálmica				
167.	Rifamicina, 1% (10 Mg/ML), Spray	Frasco 20 ml	1.500	R\$ 9,0422	R\$ 13.563,30
168.	Risperidona, 0,1% (1 Mg/ML), Solução Oral	Frasco 30 ml	150	R\$ 22,6450	R\$ 3.396,75
169.	Risperidona, 1 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 0,2484	R\$ 372,60
170.	Risperidona, 2 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 0,2600	R\$ 390,00
171.	Rivaroxabana, 10 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,7154	R\$ 715,40
172.	Rivaroxabana, 15 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,6965	R\$ 696,50
173.	Rivaroxabana, 20 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 0,6935	R\$ 693,50
174.	Rocurônio, Brometo, 1% (10 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 5 ml	200	R\$ 17,4245	R\$ 3.484,90
175.	Rosuvastatina, Cálcica, 20 Mg	Comprimido	1.200	R\$ 0,4440	R\$ 532,80
176.	Salbutamol, 0,04% (0,4 Mg/ML), Xarope	Frasco 120 ml	200	R\$ 5,2873	R\$ 1.057,46
177.	Salbutamol, 0,05% (0,5 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 1 ml	100	R\$ 16,1521	R\$ 1.615,21
178.	Salbutamol, 0,5% (5 Mg/ML), Solução Para Nebulização	Frasco 10 ml	200	R\$ 17,7800	R\$ 3.556,00
179.	Salbutamol, 100 Mcg/Dose, Aerosol Oral	Frasco 200 doses	30	R\$ 17,2238	R\$ 516,71
180.	Secnidazol, 1.000 Mg	Comprimido	500	R\$ 4,7612	R\$ 2.380,60
181.	Sertralina, Cloridrato, 100 Mg	Comprimido	20.000	R\$ 0,5413	R\$ 10.826,00
182.	Sertralina, Cloridrato, 50 Mg	Comprimido	20.000	R\$ 0,2000	R\$ 4.000,00
183.	Simeticona, 7,5% (75 Mg/ML), Solução Oral (Gotas)	Frasco 15 ml	1.200	R\$ 3,0064	R\$ 3.607,68
184.	Fosfato De Sódio, Monobásico, Assoc. À Fosfato Dibásico, 16% + 6%, Enema	Frasco 130 ml	200	R\$ 10,3675	R\$ 2.073,50
185.	Suxametônio, Cloreto, 100 Mg, Solução Injetável	Frasco-ampola	200	R\$ 24,0000	R\$ 4.800,00
186.	Suxametônio, Cloreto, 500 Mg, Solução Injetável	Frasco-ampola	200	R\$ 38,6522	R\$ 7.730,44
187.	Tetracaína, Cloridrato, Assoc. À Fenilefrina, 1% (10mg/ML) + 0,1% (1mg/ML), Solução Oftálmica	Frasco 10 ml	30	R\$ 13,1867	R\$ 395,60
188.	Tobramicina, 0,3% (3 Mg/ML), Solução Oftálmica	Frasco 5 ml	85	R\$ 7,2520	R\$ 616,42
189.	Topiramato, 100 Mg	Comprimido	3.000	R\$ 0,7368	R\$ 2.210,40
190.	Tramadol, Cloridrato, 100 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 6,6745	R\$ 10.011,75
191.	Tramadol, Cloridrato, 5% (50 Mg/ML), Solução Injetável	Ampola 2 ml	7.200	R\$ 2,2584	R\$ 16.260,48
192.	Tramadol, Cloridrato, 50 Mg	Comprimido	1.500	R\$ 0,6650	R\$ 997,50
193.	Travoprost, 0,004% (0,04 Mg/ML), Solução Oftálmica	Frasco 2,5 ml	30	R\$ 94,6767	R\$ 2.840,30
194.	Trimetazidina, Dicloridrato, 80 Mg	Comprimido	500	R\$ 6,0811	R\$ 3.040,55
195.	Valsartana, 160 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 1,2963	R\$ 2.592,60
196.	Valsartana, 320 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 1,6165	R\$ 3.233,00
197.	Venlafaxina, Cloridrato, 150 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 1,9299	R\$ 3.859,80
198.	Venlafaxina, Cloridrato, 75 Mg	Comprimido	2.000	R\$ 0,8916	R\$ 1.783,20
199.	Vildagliptina, 50 Mg	Comprimido	1.000	R\$ 2,2183	R\$ 2.218,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

200.	Vildagliptina, Assoc. Á Meformina, Cloridrato, 50 Mg + 850 Mg	Comprimido	500	R\$ 2,8840	R\$ 1.442,00
201.	Vitaminas Do Complexo B (B1,B2,B12 E Pp), Solução Injetável	Ampola 2 ml	4.000	R\$ 1,8950	R\$ 7.580,00
202.	Vitaminas Do Complexo B (B1,B2,B3,B5,B6)	Comprimido	8.000	R\$ 0,2099	R\$ 1.679,20
TOTAL.....					R\$ 1.278.429,31

OBS: Havendo discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no sistema e a especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

3. JUSTIFICATIVA:

- 3.1. A aquisição de medicamentos visa assegurar a continuidade dos serviços de saúde essenciais, diante do esgotamento dos contratos vigentes, garantindo que a população continue a ter acesso regular aos tratamentos necessários. Alguns pontos relevantes:
- 3.2. a) Necessidade Emergencial de Reposição de Estoque: Os estoques de medicamentos encontram-se abaixo do nível mínimo necessário, tornando imprescindível a reposição imediata para evitar interrupções nos tratamentos e preservar a saúde dos pacientes.
- 3.3. b) Garantia da Continuidade dos Serviços de Saúde: A Prefeitura deve assegurar o acesso contínuo e eficaz aos serviços de saúde básicos e especializados. A falta de medicamentos compromete a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados.
- 3.4. c) Impacto na Saúde Pública e Bem-estar da População: A disponibilidade adequada de medicamentos é essencial para tratar e controlar diversas condições de saúde, prevenindo complicações e reduzindo a necessidade de intervenções médicas mais complexas.
- 3.5. d) Atendimento a Grupos Vulneráveis e Específicos: Crianças, idosos, gestantes e pessoas com deficiência dependem da disponibilidade desses insumos para garantir tratamento adequado, promovendo equidade no acesso aos serviços de saúde.
- 3.6. e) Educação em Saúde e Adesão ao Tratamento: O fornecimento contínuo de medicamentos contribui para a educação em saúde e estimula a adesão correta aos tratamentos prescritos, prevenindo complicações e visitas hospitalares desnecessárias.
- 3.7. f) Monitoramento e Avaliação Contínua da Saúde Comunitária: A gestão adequada dos medicamentos permite monitorar indicadores de saúde, possibilitando ajustes estratégicos nas políticas de saúde locais com base em evidências.
- 3.8. A contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos se faz necessária diante da escassez de estoques e da importância desses insumos para garantir a manutenção da saúde pública e o bem-estar da população de Cruzeiro do Sul – Paraná.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

4. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:

- 4.1. Sobre o Edital, entrar em contato com o Departamento Municipal de Licitações e Contratos pelo telefone (44) 9 8829-2542 ou (44) 9 9765-0400 | E-mail: licitacao@cruzeirodosul.pr.gov.br;
- 4.2. Sobre o Objeto, entrar em contato com o Departamento Municipal de Saúde pelo telefone (44) 9 8831-9330 ou (44) 9 9832-1417 | E-mail: saude@cruzeirodosul.pr.gov.br.

5. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCAL DE CONTRATO:

- 5.1. A fiscalização de todas as fases da entrega será feita pelo contratante, por intermédio do agente público, designado fiscal do contrato, conforme portaria vigente, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se o FORNECEDOR a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

6. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

- 6.1. Os medicamentos fornecidos serão aceitos pelo Departamento Municipal de Saúde somente se atenderem aos seguintes critérios:
- 6.2. Conformidade com a REMUME e normas da ANVISA: Todos os itens devem constar na REMUME e possuir registro ou regularidade sanitária junto à ANVISA.
- 6.3. Validade e integridade dos produtos: Medicamentos com prazo de validade mínimo de 80% do total do prazo, sem sinais de violação da embalagem ou deterioração do produto.
- 6.4. Documentação obrigatória: Apresentação de nota fiscal, laudo de conformidade ou certificado de qualidade conforme exigência legal e regulatória.
- 6.5. Quantidade e tipo corretos: Conferência das quantidades entregues em relação ao pedido e especificações técnicas definidas no Termo de Referência.
- 6.6. Inspeção visual e registro de recebimento: O setor responsável realizará conferência física dos medicamentos no ato da entrega, registrando eventuais irregularidades e aprovando o recebimento apenas após a verificação completa.
- 6.7. A aceitação dos medicamentos depende do cumprimento integral das especificações técnicas, validade, documentação e quantidade, garantindo a segurança e a qualidade do fornecimento à população.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

- 7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, conforme necessidade e conveniência da Administração, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, desde que haja interesse público e disponibilidade orçamentária.



8. FORMA DE PAGAMENTO:

- 8.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura mensal, acompanhada dos documentos comprobatórios da execução dos plantões (escala mensal homologada e registros de ponto dos médicos plantonistas), devidamente atestados pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal do Contrato do Departamento Municipal de Saúde.
- 8.2. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, de acordo com as fórmulas previstas em normas financeiras aplicáveis.
- 8.3. $I = (TX / 100) / 365$
- 8.4. $EM = I \times N \times VP$, onde:
- 8.5. I = Índice de atualização financeira / TX = Percentual da taxa de juros de mora anual / EM = Encargos moratórios / N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento / VP = Valor da parcela em atraso

9. CRITÉRIO DE REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

- 9.1. O reajustamento em sentido estrito, destinado a refletir a variação efetiva do custo dos serviços prestados, será limitado à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), sendo o termo inicial da contagem da periodicidade mínima de 12 (doze) meses a data de assinatura do contrato.
- 9.2. A solicitação de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO pela CONTRATADA deverá ser devidamente fundamentada e comprovar de forma inequívoca que houve rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, observando que a Administração poderá indeferir o pedido se não forem preenchidos os pressupostos legais, dentre os quais:
- 9.3. Ausência de elevação dos encargos da CONTRATADA;
- 9.4. Ocorrência do evento causador do desequilíbrio antes da apresentação da proposta;
- 9.5. Ausência de nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos com a execução do contrato;
- 9.6. Culpa exclusiva da CONTRATADA, incluindo previsibilidade dos eventos que ensejaram o desequilíbrio.
- 9.7. A eventual autorização de reajuste ou reequilíbrio de preço será concedida após análise técnica e jurídica pela Administração, sendo aplicável apenas a partir da data de protocolo do pedido pela CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

9.8. Durante a análise de eventuais pedidos de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA não poderá suspender a execução dos serviços, devendo os pagamentos serem realizados conforme o preço vigente contratualmente.

10. HORÁRIO | LOCAL DE ENTREGA | FORMA DO FORNECIMENTO | PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- 10.1. O regime de fornecimento será da seguinte forma: (art. 18, VII da Lei 14.133/2021):
- 10.2. A empresa terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entregar os produtos no endereço indicado na requisição ou ordem de serviço enviada. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa apresentada e aceita pelo Departamento responsável. Caso a justificativa não seja aceita, a empresa deverá fornecer o produto dentro do prazo inicialmente estipulado.
- 10.3. Os demais produtos deverão ser entregues conforme estabelecido no item 9.1.1.
- 10.4. Salvo os produtos com prazo de validade especificado na tabela do Termo de Referência, o prazo mínimo de validade será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, garantindo segurança total durante o transporte. Todos os produtos deverão atender às exigências de qualidade estabelecidas pelos órgãos competentes, em especial a ANVISA, sob pena de desclassificação ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.
- 10.5. A licitante vencedora ficará obrigada a substituir o produto recusado pelo Município no prazo de até 5 (cinco) dias corridos. O mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, vez que os produtos serão recebidos:
- 10.6. Provisório, para verificação posterior da conformidade do material com as especificações;
- 10.7. Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade, com consequente aceitação do material.
- 10.8. O recebimento definitivo não exime a empresa de responsabilidade quanto à qualidade e características dos produtos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades. A empresa contratada deverá também descarregar e armazenar os produtos no local indicado por servidor, respondendo integralmente por eventuais danos causados durante o processo.
- 10.9. A contratada não poderá se recusar a entregar os produtos solicitados, mesmo que em pequenas quantidades.
- 10.10. O descumprimento dos prazos de entrega ensejará a abertura de processo administrativo para aplicação de responsabilidades, multas contratuais e demais sanções previstas na minuta contratual.
- 10.11. Todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, diretas ou indiretas, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.



11. EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- 11.1. Com relação às exigências a serem incluídas no processo, indicam-se cláusulas que preveem as seguintes obrigações dos potenciais participantes quando de sua participação e posterior contratação, se for o caso, a saber:
- 11.2. As propostas das empresas licitantes deverão contemplar o preço inerente à isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para medicamentos, conforme previsto no Convênio nº 87/2002 – Confaz;
- 11.3. Quando da emissão da nota fiscal eletrônica, a(s) empresa(s) contratada(s) deverão constar o Código GTIN, bem como o preenchimento dos campos dos Grupos I80 (rastreadabilidade do produto) e K (detalhamento específico de medicamento e de matérias-primas farmacêuticas) dos medicamentos adquiridos;
- 11.4. É de responsabilidade da empresa contratada o transporte adequado, com veículos que garantam condições de armazenamento compatíveis com a natureza dos medicamentos (temperatura, umidade, acondicionamento e demais requisitos), conforme legislação vigente.
- 11.5. As empresas vencedoras e contratadas deverão observar os seguintes critérios para a entrega dos produtos:
- 11.6. As embalagens externas e internas deverão estar lacradas e conter o nome do medicamento, número do lote, data de fabricação e prazo de validade descritos em seu interior, em local de fácil visualização, em conformidade com as especificações estabelecidas na RDC nº 71, de 22/12/2009;
- 11.7. As embalagens externas dos medicamentos devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto referentes à temperatura, umidade, empilhamento, entre outras exigências técnicas;
- 11.8. As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o cartucho e rotulagem, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- 11.9. No caso de medicamento sujeito a controle especial, as embalagens, os rótulos e as bulas devem atender à Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, bem como demais normativos do Ministério da Saúde e da ANVISA;
- 11.10. A contratada deverá realizar a substituição imediata de qualquer produto entregue em desacordo com as especificações do edital, vencido, avariado ou com prazo de validade inferior ao mínimo exigido (não inferior a 12 meses da data de entrega, salvo exceções devidamente justificadas);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

- 11.11. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, laudos técnicos e certificados de boas práticas de fabricação e distribuição expedidos pelos órgãos competentes, de modo a comprovar a regularidade do produto entregue.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 12.1. Receber o objeto e conferir se as especificações técnicas atendem às constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da CONTRATADA, recusando-o quando em desconformidade com as características exigidas;
- 12.2. Prestar à CONTRATADA, de forma tempestiva, as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto;
- 12.3. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no objeto fornecido;
- 12.4. Comunicar, por escrito, o não recebimento do objeto, apontando as razões da desconformidade em relação às especificações previstas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 12.5. Assegurar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir integralmente as obrigações pactuadas;
- 12.6. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, condicionados ao cumprimento das obrigações assumidas, observados os critérios estabelecidos e os procedimentos administrativos vigentes;
- 12.7. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades observadas na execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- 12.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com a devida antecedência, acerca da aplicação de multas, penalidades e/ou débitos de sua responsabilidade;
- 12.9. Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, em caso de inadimplemento da CONTRATADA;
- 12.10. Fornecer, sempre que solicitado, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA em situações omissas, desde que no âmbito de suas atribuições legais;
- 12.11. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Contrato, elaborado conforme minuta padronizada da Advocacia-Geral da União (AGU), em sua versão atualizada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 13.1. Abster-se de subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da presente licitação, salvo autorização expressa do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 13.2. Responder civilmente por danos causados a pacientes, servidores, terceiros ou ao patrimônio público, quando decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou culposa (negligência, imperícia ou imprudência), sem prejuízo de outras sanções legais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

- 13.3. Cumprir integralmente as normas técnicas, éticas e profissionais da categoria, agindo de acordo com a legislação de regência, tratando a população com urbanidade, humanismo, respeito e lealdade;
- 13.4. Reconhecer que a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo Departamento Municipal de Saúde não exclui nem reduz sua responsabilidade contratual e legal;
- 13.5. Comunicar, de imediato e por escrito, ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, qualquer anormalidade ou intercorrência verificada, permitindo a adoção das medidas corretivas necessárias;
- 13.6. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, substituindo, sempre que necessário, documentos com prazos de validade expirados;
- 13.7. Assumir integralmente a responsabilidade por quaisquer compromissos ou ônus decorrentes do inadimplemento das obrigações aqui assumidas, arcando exclusivamente com tais encargos a qualquer tempo em que vierem a ocorrer;
- 13.8. Responder por danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando decorrentes de sua ação, omissão, dolo ou culpa na execução dos serviços;
- 13.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 13.10. Nas hipóteses em que o objeto contratado demandar, providenciar, às suas expensas, as devidas autorizações, registros ou licenças junto aos órgãos fiscalizadores competentes (ex.: CREA, ANVISA, ANP ou congêneres), incluindo, quando exigível, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente;
- 13.11. Manter atualizados os registros funcionais, habilitações profissionais, certificados e demais documentações exigidas dos profissionais vinculados à execução do contrato, apresentando-os sempre que solicitados pelo CONTRATANTE;
- 13.12. Observar integralmente as normas de saúde, segurança do trabalho, vigilância sanitária e demais regulamentações pertinentes aplicáveis à execução do objeto;
- 13.13. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Contrato, elaborado conforme minuta padronizada da Advocacia-Geral da União (AGU), em sua versão atualizada.

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 14.1. O pagamento decorrente deste pedido correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias constates do Parecer Contábil, nas dotações indicadas/solicitadas pelo Departamento, cujo parecer fará parte integrante do processo de contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

15. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

15.1. A penalidade de multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 na proporção de:

15.2. 0,5% (zero virgula cinco por cento), por dia de atraso, até 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade no caso do inciso I e II. Após esse prazo, a contratação será rescindida na forma da Lei, sendo aplicada às penalidades previstas;

15.3. 0,9% (zero virgula nove por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 15% (quinze por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado no caso do inciso III. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas;

15.4. 15% (quinze por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado no caso do inciso IV ao VI. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas;

15.5. 20% (vinte por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado no caso dos incisos VII ao XII. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

15.6. Poderá ser aplicada cumulativamente à penalidade de multa: advertência, impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos termos do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

15.7. Demais informações, conforme previsto no Edital e seu Termo de Contrato (este município utiliza da minuta padronizada do Governo Federal – AGU – nas versões atualizadas).

16. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO ITEM 15.4 (ART. 18, IX DA LEI 14.133/2021):

16.1. A exigência prevista no item 15.4 mostra-se imprescindível para atestar que a licitante possui aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. Trata-se da comprovação de qualificação técnica profissional e/ou operacional necessária para a execução adequada do objeto indicado no edital. Considerando a natureza do objeto licitado, há normas específicas a serem observadas, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pelo respectivo conselho de classe profissional, sendo, portanto, essencial exigir tal comprovação para assegurar a regularidade, a segurança, a eficiência e a qualidade da prestação do serviço contratado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

17.1. Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e apreço.

Das DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informações Contidas no Anexo I (Termo De Referência), é de Total Responsabilidade Do Diretor Do Departamento Solicitante, Sr. **Douglas Augusto Sitoni**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO II MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026

Pelo presente contrato administrativo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, CNPJ Nº 75.731.034/0001-55, Av. Dr. Gastão Vidigal, 600, Centro - CEP 87.650-000**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o senhor Marcos César Sugigan, inscrito no CPF sob o nº 703.100.419-53, RG nº 4.457.125-0/SSP/PR, doravante denominado contratante; e a empresa _____ - CNPJ: _____, com sede _____, CEP: _____, _____ - _____, Telefone: _____ - _____, E-mail: _____, neste ato representado por _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado apenas por FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCEIROS: O objeto desta ata é o **Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remume, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná,**

§1º. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.

§2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital de P.E Nº 014/2026 e seus anexos.

3º. As condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes do Termo de Referência e do Edital do P.E Nº 014/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

§4º. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos constante das dotações orçamentárias constantes do Edital P.E Nº 014/2026 partes integrante desta Ata.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS REGISTRADOS: O material e serviço, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelo Fornecedor são os seguintes:

Item	Cód.	Qnt	Und	Descrição	Valor Unt.	Vlr Total

NO VALOR DE: R\$ _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

§1º. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, acima relacionado.

CLÁUSULA III - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA: A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA IV – DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS: A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- III. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§4º. Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as disposições supracitadas. O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta;

§5º. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos e outras. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

§6º. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

dos preços vigentes através de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto, **quando solicitado pela Secretaria responsável, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.**

§7º. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo à Prefeitura de CRUZEIRO DO SUL - PR a análise e deliberação a respeito do pedido. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§8º. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, a Prefeitura de CRUZEIRO DO SUL - PR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

§9º. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Prefeitura de CRUZEIRO DO SUL - PR poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§10. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Prefeitura de CRUZEIRO DO SUL - PR, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. Liberado o FORNECEDOR, a Prefeitura de CRUZEIRO DO SUL - PR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

CLÁUSULA V – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de CRUZEIRO DO SUL - PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. O fiscal do contrato será um funcionário designado pela CONTRATANTE, para acompanhamento e fiscalização dos serviços mediante atesto na nota fiscal/fatura, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

CLÁUSULA VIII - DA RESCISAO: - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA IX – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame, a partir de sua assinatura e publicação do extrato vigorará por 12 meses.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES E DA OBRIGAÇÕES DAS PARTES: As penalidades e a obrigação das partes são as constantes do Edital e seus anexos que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- II. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Tiver presentes razões de interesse público.
- V. For liberado

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

§2º. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

§3º. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela Prefeitura Municipal **CRUZEIRO DO SUL – PR.**

Pelo decurso do seu prazo de vigência;

- I. Se não restarem fornecedores registrados;
- II. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- III. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

§4º. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa da Prefeitura Municipal de CRUZEIRO DO SUL - PR, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

§5º. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, a Prefeitura Municipal de CRUZEIRO DO SUL - PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA PUBLICAÇÃO: O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município em Jornal Oficial.

CLÁUSULA XIII - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO: Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

CLÁUSULA XIV – UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES: É vedada a utilização desta ata por órgãos ou entidades não participantes.

CLÁUSULA XV- DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de Paranacity/Estado do Paraná, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

As partes firmam a presente ata, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cruzeiro Do Sul - PR, ____ de ____ 2026.

Prefeitura de Cruzeiro do Sul
Contratante

()
Contratado

Fiscal de Ata de Registro de Preço

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico N° 014/2026

A empresa....., inscrita no CNPJ sob nº ..., estabelecida na (endereço completo) telefone: ____ endereço de E-MAIL: e neste ato representada por, cargo....., RG....., CPF....., (endereço) ..., dados bancários: Banco: Agência: Conta: Titular: CNPJ/CPF:, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital Aviso de **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, que tem por objeto **Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remune, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná**, de acordo com as especificações no Termo de Referência, conforme segue:

Item	Cod	Qtd	Und	Descrição	Valor Unit.	Valor Total.
TOTAL.....						

Valor total da proposta é de R\$ ()

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da **Pregão Eletrônico N° 014/2026**.

DECLARAMOS que propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

..... De 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO IV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 014/2026

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitação jurídica:

1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 **Microempresas:** Contrato Social: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual** - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

1.2.3 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei

1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. (certidão Estadual).

1.2.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual ou municipal (CICAD)*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.7 Obrigatório a prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Municipal* ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, independentemente de estar no SICAF, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais/municipais* ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.2.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), (Para comprovação da regularidade fiscal Trabalhista: art. 29 da Lei 8.666/93 e art. 4º, XIII da Lei 10.520/02) mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

1.3 Habilitação econômico-financeira:

1.3.1 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (**validade de 90 dias**) -, com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias**, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

1.3.2 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

1.3.3 os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.3.4 as empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação direta deverão

Atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

1.3.5 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

1.4 Habilitação técnica:

1.4.1 Apresentação de no mínimo um **(01) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis ao objeto deste processo.

1.4.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

1.4.3 O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.4.4 Prova de Registro no Conselho Regional de Farmácia da empresa, juntamente com designação do responsável técnico;

1.4.5 A empresa deverá apresentar por meio de declaração, a indicação do responsável técnico, constando número de registro do mesmo no CRF, acompanhado do documento de inscrição.

1.4.6 Cópia da Autorização Especial de Funcionamento válida expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no caso de cotação de medicamentos sujeitos a controle especial, conforme art. 2º25 da Portaria 344/1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e suas atualizações;

1.4.7 Cópia da Autorização de Funcionamento válida, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme artigos 1º23 e 2º24 da Lei 6.360/1976;

1.4.8 Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município (do município ou sede do licitante), renovada anualmente, dentro de seu prazo de validade.

1.4.9 Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo também apresentar o espelho do registro do produto disponibilizado no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (art. 12º da Lei Federal nº 6.360/197620; art. 5º21 da Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.814/1998);

1.5 JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS (DO ITEM 5.4) (ART. 18, IX DA LEI 14.133/2021):

1.5.1 A exigência **(1.5.)** é imprescindível a fim de atestar que a licitante tem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação; ou seja, que possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital, dependendo do objeto, existe regras a serem seguidas e fiscalizadas pelo conselho de classe pertinente ao objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Pregão Eletrônico N° 014/2026

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.º _____ - _____, sediada
_____ (endereço completo), declara,
sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação
no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data: _____

(a) _____

Nome e número de identidade e do CPF do declarante (Representante legal).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO VI – FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico N° 014/2026

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Nome da pessoa para contatos:

Telefone: (____) _____

Email _____

Nome completo da pessoa que assinará o contrato:

Cargo que a pessoa ocupa na empresa/entidade:

RG nº: _____ /órgão expedidor _____ CPF: _____

Banco: _____ Conta corrente: _____

Agência: _____ Cidade: _____

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data: _____

(Assinatura do responsável pelas informações)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Eletrônico N° 014/2026

_____(nome da empresa)_____ com sede na _____ (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penalidades da lei, que até a data de abertura da sessão da licitação em epígrafe, encontra-se enquadrada como _____(Microempresa / Empresa de Pequeno Porte / Microempreendedor Individual).

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Observações:

- a) ESTÁ DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AA PREGOEIRA PESSOALMENTE PELO REPRESENTANTE, NO MOMENTO DO PROTOCOLO DOS ENVELOPES.
- b) NÃO SENDO NECESSÁRIA SUA APRESENTAÇÃO PELO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
- c) (ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER SUBSTITUÍDA PELA CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL COM DATA DE EXPEDIÇÃO NÃO SUPERIOR A 90 DIAS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Pregão Eletrônico N° 014/2026

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026**, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, de 2026.

Nome e Carimbo da Proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE UNIFICADA

Pregão Eletrônico Nº 014/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

1. DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu, (nome do representante legal da empresa), CPF nº. _____, identidade nº _____ – SSP/PR, na qualidade de Sócio Gerente, legalmente habilitado a representar a empresa _____, declaro, pleno cumprimento dos requisitos de habilitação constantes no Edital do qual este anexo é parte integrante.

2. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A empresa _____, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, cargo, RG _____, CPF _____, (endereço), vem por meio desta DECLARAR que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PESSOA DEFICIENTE/REABILITADO DA PREVIDÊNCIA

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4. DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Eu, _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, especialmente para o [Autor] que não possua nenhum vínculo com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o EDITAL DE [Autor] que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede à _____, em _____, **não está impedida de participar em licitação ou de contratar com a Administração, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios**, estando portanto, apta a contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade [Autor], que: assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que comprometemo-nos a manter, durante toda a execução do prazo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; que comprometemo-nos a cumprir os PRAZOS exigidos neste edital; que comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato; que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e seus Anexos.

1. DECLARAÇÃO – PROTEÇÃO TRABALHO DO MENOR

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço ELETRÔNICA , se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, DECLAR, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, NÃO POSSUINDO, AINDA, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, ____ de _____ 2026.

RAZÃO SOCIAL E CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.731.034/0001-55

Departamento Municipal de Licitação, Contratos e Compras

FLS

LICITAÇÃO

ANEXO X – DECLARAÇÃO INTEGRALIDADE DE CUSTOS

OBJETO: Registro de Preços para Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento De Medicamentos Constantes Da Remune, Bem Como De Fármacos Destinados A Atender À Demanda Do Departamento Municipal De Saúde De Cruzeiro Do Sul – Paraná,.

A empresa: _____, Sediada na: _____, N.º: __, Bairro: _____, Estado: _____, CEP: _____, Telefone: (____) ____ - _____, E-mail: _____, Inscrita no CNPJ sob N.º: _____, Representante legal: _____, RG: _____, CPF: _____, Residente na rua: _____, N.º: __, Bairro: _____, Estado: _____,

Vem por meio desta, **DECLARAR QUE:** As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

_____, ____ de _____ 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____, - CPF: _____,